

## **NOVO MARCO LEGAL DA MINERAÇÃO NO BRASIL: OPORTUNIDADE DE REVISÃO E UNIFORMIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS CONCEITOS DE RECURSO E RESERVA**

Antonio Fernando da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

<sup>1</sup> DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO

**RESUMO:** O RCM-Regulamento do Código de Mineração (Decreto nº 62.934, DOU de 02.07.1968), que dispõe sobre 'os direitos relativos às massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontradas na superfície ou no interior da terra, formando os recursos minerais do país (Art. 1º; I), considera jazida 'toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, de valor econômico, aflorando à superfície ou existente no interior da terra; considera-se mina a jazida em lavra, ainda que suspensa' (Art. 6º). Estabelece ainda que 'a definição da jazida resultará da coordenação, correlação e interpretação dos dados colhidos nos trabalhos executados, e conduzirá a uma medida das reservas e dos teores dos minerais encontrados' (Art. 18º; §2º). O Regulamento prevê ainda que, esgotada a fase de pesquisa mineral, o titular da autorização deverá apresentar relatório final circunstanciado ao DNPM (Art. 25º; VIII), consolidando dados informativos sobre a reserva mineral, a qualidade do minério ou substância mineral útil, a exeqüibilidade de lavra etc., classificando-as em medida, indicada e inferida (cf. Art. 26º - RCM, 1968). A despeito dos graus de confiabilidade geológica, a depender da 'malha de pesquisa' e da qualidade dos trabalhos de pesquisa, há prevalência de opinião sobre a insuficiência de elementos necessários à avaliação da viabilidade econômica do prospecto. É ponto pacífico no meio acadêmico, mineroempresarial e governo (DNPM) sobre a necessária revisão conceitual de reservas no atual RCM-1968, na perspectiva da uniformização às normas internacionais de classificação de recursos e reservas: Australasian Code ou Código JORC, 1999; Código SAMREC, adotado pela África do Sul, 1998; e o The CIM Standards, adotado em 2000 pelo Canadá. Nos últimos anos agentes envolvidos no Mineralnegócio no Brasil, sob a coordenação do DNPM, têm aprofundado o debate na perspectiva de promover mais do que uma simples revisão semântica dos conceitos (P'rigidez locacional e singularidade dos depósitos) adotados no modelo classificatório do RCM, no que se refere ao significado de 'Recurso', 'Reserva' e 'Minério'. Com efeito, admitindo a convergência de opinião sobre a revisão dos conceitos, posiciona-se na arena de discussão sugerindo-se: O 'Recurso Mineral' seria a disponibilidade primária de material, em quantidade e qualidade susceptíveis ao uso mineroindustrial aferido sob perspectiva da dimensão geológica (geometria do corpo, volume, teor e metal contido), dissociada de uma avaliação econômica de mercado; O 'Reserva Mineral' seria a disponibilidade primária de recursos explotáveis, submetida a uma avaliação na perspectiva das dimensões sócio-ambiental e econômica, considerando as seguintes variáveis: demanda, custo, preço e tecnologia de lavra, beneficiamento e transformação mineral, acessíveis nos mercados nacional e internacional; O 'Minério' consistiria em um agregado natural, de um ou mais minerais metálicos, cujos estudos de viabilidade técnica, tecnológica e econômica caracterizem a condição de explotabilidade do depósito (jazida), assegurando rentabilidade e retorno positivo dos investimentos demandados para o desenvolvimento da mina, logística e 'raio econômico' de comercialização, em um dado tempo e em um dado mercado: local, regional, nacional ou internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** RECURSO; RESERVA; MINÉRIO.